

Índios levam emendas do estatuto à Câmara

Após uma semana de discussões, 350 lideranças indígenas do País apresentaram ontem ao presidente da Comissão Especial Encarregada do Estatuto do Índio, deputado Domingos Juvenil (PMDB-PA), e ao presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara, deputado Tuga Angerami (PMDB-SP) um documento contendo as emendas às três propostas de estatuto que estão sendo avaliadas pelo Congresso. De acordo com o líder Orlando Baré, da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), a demarcação das terras e a questão mineral foram duas das grandes preocupações dos índios neste encontro.

Em sessão conjunta, no auditório Nereu Ramos, as duas comissões receberam a proposta dos líderes e ouviram representantes de várias nações. Além de presidentes e integrantes das comissões, estiveram presentes à sessão o procurador-geral da República, Aristides Junqueira, o presidente da Funai, Sydney Possuelo, o presidente do PT, Luís Inácio Lula da Silva — a quem Raoni e outros índios caiapó fizeram questão de abraçar, e outros integrantes da bancada rural do PT. Terminada a sessão, os índios manifestaram-se com faixas e cartazes na rampa do Congresso Nacional, pedindo “demarcação já”.

A reunião dos índios em Brasília resultou ainda na criação do Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil, composto por 25 líderes de todas as regiões. Segundo Orlando Baré, este conselho irá acompanhar o andamento das discussões sobre o Estatuto do

Índio no Congresso. “Ele significa um avanço na luta política dos próprios índios, para que seus direitos sejam respeitados, segundo reza a Constituição”, disse Baré.

De acordo com Orlando, apesar de ter tido a assessoria direta do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), as emendas resultantes das discussões não são do Cimi. “Eles foram convidados, não por um ou dois líderes, mas por 55 organizações, que representam 101 povos e 350 lideranças porque são assessores de confiança”, afirmou o líder Baré. Para ele, os grandes avanços propostos pelos índios certamente irão sensibilizar os parlamentares e a sociedade brasileira.

Entre esses avanços, Orlando Baré aponta a exigência de acompanhamento do processo de demarcação das terras indígenas pelas lideranças indígenas, da sua identificação até homologação pela Presidência da República. Quanto à exploração mineral, os índios querem que ela não seja permitida em terras não demarcadas, ou que estejam em áreas de conflito. Eles também defendem que ela só deve ocorrer em territórios de índios contatados há pelo menos 50 anos. “Diante disso, achamos que a Constituição só permitirá a exploração no caso de extremo interesse nacional, como último recurso”, acentuou.

Ao contrário do que entenderam lideranças que não tiveram participação no encontro da CN-TI, os índios não querem o fim da tutela pelo Estado. “Esta palavra foi substituída por proteção, na própria Constituição Brasileira, e o que nós queremos é que o Estado respeite as tradições e as

formas de vida dos povos indígenas. Queremos é ampliar esta proteção”, disse Orlando.

Divisão — Durante a sessão de ontem, no Congresso Nacional, representantes dos índios caiapós, xavantes, xerentes, terenas, entre outros, demonstraram preocupação em relação ao encontro de Brasília e ao documento entregue às Comissões. Tanto Lenino Cândido Terena, da aldeia Bananal (MS), quanto o cacique Gabriel Pereira, da aldeia Morrinho, ou o cacique Celestino Xavante, de Parabubure, ao norte de Mato Grosso, defenderam a proteção da Funai e disseram que não aceitavam o jogo do Cimi e daqueles que estiveram reunidos em Brasília para acabar com a tutela. Os xavantes, particularmente, garantiram que pequena parte de seu povo tinha tomado conhecimento das articulações em Brasília em torno do novo estatuto.

Quanto a essa preocupação, Orlando Baré ressaltou que o encontro de Brasília veio para unir os povos indígenas e não para dividir. “Temos representatividade e objetivos concretos e imediatos com lideranças eleitas pelas bases”, salientou o líder da Coiab, lembrando que sempre deixou claro que no Brasil apareceram lideranças que se posicionaram em nível internacional sem que estas posições fossem democratizadas dentro do Brasil. “E os índios não permitem que mais uma vez o nosso trabalho seja usado por pessoas que não têm compromisso com a causa, a não ser por questões particulares”, completou o coordenador das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira.

Comitê vai dar assessoria

Ao participar, na manhã de ontem, da audiência pública conjunta entre as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Minorias e da Comissão Especial do Estatuto do Índio, a deputada Teresa Jucá (PDS-RR), anunciou a direção do Comitê Pluriétnico composto por lideranças indígenas, que vão auxiliar no trabalho de elaboração do novo Estatuto das Sociedades Indígenas.

Estiveram presente à sessão conjunta cerca de 350 lideranças indígenas, integrantes de 55 organizações que, no decorrer de toda esta semana elaboraram um documento abordando a posição dos povos e organizações indígenas sobre os temas a serem tratados na nova legislação indigenista.

A deputada Teresa Jucá, relatora da Comissão Especial, destacou a importância do Comitê Pluriétnico na condução dos trabalhos que, em sua avaliação, “assessorando a comissão, poderá dar grande contribuição à Lei que devemos aprovar nesta Casa”.

A parlamentar roraimense assegurou que cada uma das contribuições à Relatoria será analisada com o devido respeito e atenção. Teresa Jucá destacou, ainda, a importância da questão da demarcação de todas as terras indígenas no menor tempo

IVALDO CAVALCANTI



Demarcação e questão mineral ocuparam os índios no encontro

possível. Para ela, este deve ser um dos pilares da nova lei, bem como o respeito à cultura de cada comunidade.

“Sei que temos muitos temas importantes e polêmicos a discutir, como a questão da tutela — que precisa ser redefinida — e o apoio necessário à educação, saúde e atividades produtivas, que hoje estão pessimamente assistindo às comunidades”, avaliou.

Teresa Jucá encerrou seu discurso assegurando que, na condição de relatora, “espero contar não só com a contribuição de cada um, mas quero garantir que estaremos à disposição de todos, procurando ouvir e abrir ao debate as questões que forem necessárias, no sentido de aprimorar a lei que deve representar o pensamento de todo o povo brasileiro e um futuro melhor para os nossos índios”.